

## A Presença das *Regras para a Direção do Espírito*, de Descartes, na *Lógica de Port-Royal*

Davi Holz Alvarenga<sup>1</sup>

**Resumo:** Publicada pela primeira vez em 1662, a *Lógica de Port-Royal* foi fortemente influenciada por Descartes, principalmente pelas suas *Regras para a direção do espírito*, obra não publicada em vida, escrita provavelmente entre 1623 e 1629 e de cujo manuscrito os autores da *Lógica* tinham posse. Sendo tais fatos consolidados historicamente, o presente artigo propôs-se a investigar de que forma se apresenta essa influência das *Regras*: em que partes da *Lógica*, se direta, indireta, em que extensão e com que intensidade. Além de ter sido constatado que a concentração da influência das *Regras* na *Lógica* ocorreu na sua quarta e última parte (intitulada “Do método”), sobretudo, e diretamente, no capítulo II dela – em que é feita uma tradução parafraseada das *Regras XIII e XIV* –, também pôde-se concluir que foram poucas as regras que se apresentaram de alguma forma na *Lógica*: somente oito das vinte e uma que totalizam a obra de Descartes apareceram na obra de Arnauld e Nicole. Também a presença de cada uma delas ocorreu de forma desigual. Por fim, foi possível notar que, em alguns trechos da *Lógica* que receberam influência indireta das *Regras*, há algumas importantes diferenças entre as obras, sejam terminológicas, sejam conceptuais.

**Palavras-chave:** Lógica; Método; Epistemologia; Filosofia Moderna; Cartesianismo.

### The presence of Descartes' *Rules for the Direction of the Mind* in the *Port-Royal Logic*

**Abstract:** First published in 1662, *Port-Royal Logic* was strongly influenced by Descartes, particularly by his *Rules for the direction of the mind*, a work unpublished during his lifetime, probably written between 1623 and 1629, and whose manuscript was in the possession of the authors of *Logic*. Given that these facts are historically established, this paper aims to investigate how this influence of the *Rules* is presented: in which parts of the *Logic*, whether directly or indirectly, to what extent, and with what intensity. In addition to finding that the concentration of the influence of the *Rules* on *Logic* occurred in its fourth and final part (entitled “On Method”), especially and directly in Chapter II, which contains a paraphrased translation of *Rules XIII and XIV*, it was also possible to conclude that few rules appeared in any form in *Logic*: only eight of the twenty-one that make up Descartes' work appeared in Arnauld and Nicole's work. Furthermore, the presence of each of them occurred unevenly. Finally, it was possible to note that, in some passages of *Logic* that were indirectly influenced by the *Rules*, there are some important differences between the works, whether terminological or conceptual.

**Keywords:** Logic; Method; Epistemology; Modern Philosophy; Cartesianism.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisa o estatuto da Lógica na Filosofia Moderna, principalmente nas obras “Regras para a direção do espírito” e “Lógica de Port-Royal”. Contato: [daviholz@gmail.com](mailto:daviholz@gmail.com).

## 1 Introdução

### 1.1 Breves esclarecimentos

Entre os anos de 1623 e 1629, Descartes escreveu as *Regras para a direção do espírito*<sup>2</sup>, o seu verdadeiro tratado do método. No entanto, por motivos ainda muito debatidos, Descartes não as publicou em vida. Após a sua morte, na cidade de Estocolmo, em 1650, os seus manuscritos (dentre os quais, as *Regras*) foram transportados até Paris por Pierre Chanut e entregues ao cunhado de Chanut, Claude Clerselier. Este tomou conhecimento de uma obra que fora publicada, a *Lógica de Port-Royal*, no ano de 1662. Tratava-se de um manual de lógica muito diferente daqueles de então. Além de estar escrita em uma língua vernácula, o francês, a *Lógica* possuía uma quarta parte, dedicada à exposição do método. Ainda que já houvesse uma discussão acerca do método em outras obras de lógica – por exemplo, *Opera Logica* (1578), de Zabarella, e *Dialectique* (1555), de Petrus Ramus –, a quarta parte da *Lógica de Port-Royal* foi, ao contrário dessas outras, influenciada por Descartes. Clerselier leu essa obra, sobretudo a sua quarta parte, e achou que as *Regras* pudessem ser úteis para Arnauld (um dos autores da *Lógica* e amigo de Descartes). Por isso, enviou-lhe uma cópia do manuscrito das *Regras* de que tinha posse, e Arnauld o utilizou para reformular essa quarta parte da *Lógica* e acrescentar-lhe trechos diretamente retirados das *Regras* – motivo pelo qual, a partir de sua segunda edição (1664), já há, nela, uma influência muito maior do que aquela encontrada na primeira edição (1662), na qual a influência de Descartes era, ainda, indireta. Posteriormente, a *Lógica de Port-Royal* foi publicada em mais três edições, totalizando cinco (1662, 1664, 1668, 1674 e 1683), todas anonimamente publicadas<sup>3</sup>.

Essa influência das *Regras* na *Lógica de Port-Royal* é um fato consolidado historicamente: sabe-se pelo menos desde o século XIX que Arnauld utilizou trechos das *Regras* na quarta parte da

---

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho, o título das *Regras para a direção do espírito* por vezes será resumido para *Regras*. Ao fazer referência a alguma regra específica das *Regras para a direção do espírito*, utilizarei inicial maiúscula e destaque gráfico, seguido do número indicador da regra em algarismo romano (e.g., *Regra X*). Para não haver confusão com o título da obra, ao me referir a alguma regra não específica das *Regras*, utilizarei “regra” com inicial minúscula e sem destaque gráfico (e.g., “não há influência de alguma regra nesta parte da *Lógica*”). De modo similar, vez ou outra abreviarei o título da obra *Lógica de Port-Royal* para *Lógica* (com inicial maiúscula e com destaque gráfico) ou ainda *Port-Royal*. Por outro lado, utilizarei a palavra “lógica” (sem destaque gráfico e com inicial minúscula) em referência à disciplina.

<sup>3</sup> Para maior detalhamento do que difere cada edição, ver o quadro ao final da edição crítica de Clair e Girbal.

*Lógica*. Em 1835, Adolphe Garnier, em suas *Œuvres philosophiques de Descartes*, já havia comparado as duas obras<sup>4</sup>. No entanto, de que forma se apresenta essa influência – em que partes da *Lógica*, se direta ou indireta, em que extensão e com que intensidade – é um trabalho que ainda não foi realizado, a não ser de forma dispersa e pontual. Tal foi a investigação realizada por mim no meu Trabalho de Conclusão de Curso, defendido no ano de 2024 e agora resumido neste artigo.

## 1.2 Metodologia

O texto-base das *Regras* por mim utilizado foi o volume I das *Œuvres complètes* de Descartes, publicado em 2016 pela ed. Gallimard (Paris), sob a direção de J.-M. Beyssade e D. Kambouchner. Por sua vez, a edição de base da *Lógica de Port-Royal* utilizada foi a edição crítica *La logique ou l'art de penser*, de Pierre Clair e François Girbal, publicada em 1981 pela editora J. Vrin (Paris) e baseada na quinta edição da *Lógica* (de 1683). Ao longo deste trabalho, todas as citações utilizadas de ambas as obras foram traduzidas por mim; as citações das *Regras* serão feitas conforme a paginação da edição de Adam e Tannery (*Œuvres de Descartes*, 12 vols. Paris: Léopold Cerf, 1897-1910), principiadas pelas iniciais AT, seguidas do volume (em algarismos romanos) e da(s) página(s) (em algarismos indo-arábicos). Em raros casos, quando necessário, haverá, por último, a indicação das linhas.

Para a exposição dos resultados de minha pesquisa, o seguinte procedimento foi adotado: a seção primária de número (2) a seguir apresenta em que partes de toda a *Lógica* se encontra algum tipo de presença<sup>5</sup> das *Regras*. A partir dela, cada seção secundária (2.1, 2.2 e 2.3) representa uma parte da *Lógica* – a saber, primeira, terceira e quarta partes, respectivamente, que foram as únicas em que foi constatada a presença das *Regras*. Por fim, cada seção terciária (2.1.1, 2.2.1 etc.) representa um capítulo da *Lógica* no qual há alguma forma de presença das *Regras*. Após o título de cada seção secundária e terciária, haverá, entre parêntesis, a indicação das páginas onde se encontra a parte ou o capítulo designado na edição francesa da J. Vrin (1981).

## 2. Estudo sobre a Presença das Regras para a Direção do Espírito na Lógica de Port-Royal

---

<sup>4</sup> Cf. a página 475, tomo X, das *Œuvres de Descartes*, publicadas por Charles Adam & Paul Tannery.

<sup>5</sup> Tomarei, neste trabalho, os termos “presença” e “influência” como sinônimos.

## 2.1 Primeira parte da *Lógica*: “Sobre as ideias” (1981, p. 39-102)

### 2.1.1 Capítulo III (1981, p. 49-52)

A presença das *Regras* na *Lógica* foi constatada pela primeira vez neste terceiro capítulo da primeira das quatro partes da *Lógica*, no qual, após enunciar as dez categorias de Aristóteles, Arnauld e Nicole (1981, p. 51) dizem que conhecê-las é “[...] uma coisa muito pouco útil em si mesma e que não só não serve para formar o julgamento, que é o objetivo da verdadeira lógica, mas que frequentemente o prejudica muito”. Eles estão fazendo, portanto, uma crítica às categorias, crítica tal que se encontra também nas *Regras*. Após o enunciado da *Regra VI*, Descartes diz que:

Embora essa proposição pareça não ensinar nada de muito novo, ela contém, no entanto, o principal segredo da arte, e não há nada de mais útil em todo este tratado. Ela adverte, com efeito, que todas as coisas podem ser dispostas ao longo de certas séries, não sem dúvida na medida em que estão relacionadas a algum gênero de ser, como os filósofos as distribuíram segundo as suas *categorias*, mas na medida em que podem ser conhecidas umas a partir das outras (AT, X, 381, grifo meu).

Descartes, no enunciado da mesma regra, afirma que se deve “[...] observar qual [coisa] é simples no mais alto ponto [...]”. Um passo fundamental do método, para ele, é o de “quebrar” as questões complexas até que se tornem simples, de modo que uma coisa leve ao conhecimento de outra. Trata-se, pois, de um processo puramente epistemológico: pode-se relacionar essas diferentes coisas entre si pelo fato de uma *conduzir* ao conhecimento de outra, mas não pelo fato de elas possuírem, por sua própria constituição ontológica, algo de próximas. A *Lógica* ainda justifica a crítica às categorias pelo fato de que cada uma das dez é “[...] arbitrária e que tem como fundamento somente a imaginação de um homem”, não sendo “[...] uma coisa estabelecida com base na razão e na verdade” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 51). A crítica, portanto, dirige-se aos fundamentos da lógica aristotélica, tomando ainda Descartes como referência, algo visto logo à frente: “Um autor contemporâneo [Descartes] disse, com muita razão, que as *regras* da lógica de Aristóteles serviam somente para provar a um outro [homem] aquilo que já se sabia” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 52, grifo meu). As “regras” – que os autores também afirmam serem leis prescritas por Aristóteles – dizem respeito, para eles, ao modo de pensar a partir das categorias. Eles utilizam Descartes como respaldo para isso, quando, por mais que o filósofo tenha criticado os silogismos

em vários momentos das *Regras* e mesmo de outras obras, nunca criticou as categorias pelo motivo alegado – de serem arbitrárias, carentes de razão e verdade e/ou frutos da imaginação de um homem. A afirmação de *Port-Royal*, no entanto, parece se enquadrar no projeto das *Regras*: a *Lógica* critica as categorias por elas se proporem como aquilo que há de mais fundamental, quando na verdade não o são – e o que lhes interessa é o que de fato é o mais fundamental, as coisas simples, evidentes.

Um outro ponto importante aqui, que ressalta a influência das *Regras* na *Lógica*, refere-se ao trecho da *Regra VI* citado no segundo parágrafo desta seção: “o principal segredo da *arte*” (grifo meu). Descartes está utilizando a palavra *arte* (no original, em latim, *artis*, genitivo singular de *ars*) em referência ao novo método que está propondo. Em contrapartida, *Port-Royal* (1981, p. 51) traduz a palavra *arte* para *lógica* (mais precisamente, *vraie Logique*). Aparentemente, os autores não só enxergam nas *Regras* a lógica de Descartes, como parecem acreditar que, tendo a obra como referência, estão construindo uma lógica com novos fundamentos – uma verdadeira lógica.

Essa associação da lógica ao método é reforçada em outra passagem da *Lógica*, encontrada no *Primeiro discurso*, no qual os autores dizem que a lógica é responsável por dar-nos “[...] regras tão seguras que elas nos conduzem infalivelmente à verdade” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 20). Lembremos a definição que Descartes dá a “método” na *Regra IV*: “[...] regras certas e fáceis, de modo que quem as tiver com exatidão observado não considerará nada falso como verdade e chegará [...] ao conhecimento verdadeiro de todas as coisas de que será capaz” (AT, X, 371-372).

É curioso porque, se o método é a “verdadeira lógica”, então as três primeiras partes da *Lógica de Port-Royal* representariam a velha lógica, tradicional, encontrada nos manuais escolásticos, de tradição aristotélica, enquanto que a verdadeira lógica estaria restrita à quarta parte. Não haveria, portanto, uma continuidade entre as três partes e a quarta.

Ainda nesse capítulo, já mais para o final, quando os autores afirmam que “[...] formar o juízo [...] é o objetivo da verdadeira lógica” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 51), estão tomando como referência a *Regra I*, cujo enunciado diz que “O objetivo dos estudos deve ser o de dirigir o espírito para que ele formule juízos sólidos e verdadeiros sobre tudo aquilo que se lhe apresente” (AT, X, 359). A “verdadeira lógica”, de Arnauld e Nicole, com isso, parece ter por objetivo buscar a verdade – e “verdade” é uma propriedade de juízos.

## 2.2 Terceira parte da *Lógica*: “do raciocínio” (1981, p. 177-289)

Polymatheia – Volume 19 – Número 10 – 2026

e26010 - ISSN: 1984-9575



<https://doi.org/10.52521/p8va7n62>

### 2.2.1 Introdução à terceira parte (1981, p. 177-178)<sup>6</sup>

Após aparecer uma única vez na primeira parte da *Lógica* e nenhuma na segunda, na introdução à terceira parte da *Lógica de Port-Royal* é constatada novamente a presença das *Regras*. Na realidade, essa obra de Descartes só reaparecerá, nesta terceira parte da *Lógica*, duas vezes. Isso se explica pelo fato de que, nela, os autores se dedicam a expor todos os modos e todas as figuras do silogismo, explicando-os detalhadamente. Segundo eles, afinal, essa temática “[...] é estimada como a mais importante da lógica e é praticamente a única a ser tratada com alguma diligência” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 177). Como se trata, pois, de um manual de lógica, é inevitável que haja uma exposição do silogismo. É interessante, no entanto, o que os autores falam em seguida à frase citada anteriormente: “Mas há motivo para duvidar se ela [a parte da *Lógica* dedicada ao silogismo] é tão útil quanto se imagina” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 177).

É nesse trecho supracitado que as *Regras* aparecem pela primeira vez nesta terceira parte. A crítica aos silogismos, afinal, percorre a obra de Descartes, e Arnauld e Nicole, aqui, já deixam claro o que pretendem com o seu manual: propor uma alternativa à silogística como ideal científico – o que se apresentará melhor na quarta parte da obra.

Outro aspecto observado no trecho citado diz respeito ao uso da palavra “útil”. Ao utilizá-la, *Port-Royal* se mostra preocupada com a utilidade dos silogismos. Utilidade para quê? Para as ciências, como ficará claro na quarta parte. Há, nessa escolha da palavra, presença das *Regras*. No inventário dos manuscritos deixados por Descartes, feito em Estocolmo a 14 de fevereiro de 1650, após a sua morte (ocorrida três dias antes), o título do manuscrito das *Regras* aparece assim: *Traité des Règles utiles & claires pour la direction de l'Esprit en la recherche de la Vérité*<sup>7</sup>.

Há também influência das *Regras* no trecho seguinte da *Lógica* (1981, p. 177): “A maior parte dos erros dos homens, como nós já dissemos em outro lugar, deve-se muito mais ao fato de que eles raciocinam a partir de falsos princípios do que ao fato de que raciocinam mal seguindo seus princípios”. Comparemo-lo com esta passagem da *Regra II*:

---

<sup>6</sup> Cada uma das quatro partes da *Lógica* recebe uma brevíssima introdução sem título.

<sup>7</sup> A edição das *Regras* de Jean-Luc Marion (La Haye: Martinus Nijhoff, 1977) optou por manter este título. Cf. a obra nas referências deste trabalho.

[Uma dedução] nunca pode ser mal feita por um intelecto, não importa quão pouca razão ele tenha. E é por isso que me parecem de pouca utilidade esses encadeamentos por meio dos quais os dialéticos creem governar a razão humana, mesmo que eu não negue que eles sejam totalmente adaptados para outros usos. De fato, a cada vez que pode acontecer a um homem de estar enganado (eu falo de homens, não de bestas), isso nunca se deve a uma má inferência, mas somente ao fato de que são admitidas certas experiências que são pouco compreendidas, ou que são formulados juízos de forma leviana e sem fundamento (AT, X, 365).

O trecho supracitado da *Regra II* também se mostra presente em outro trecho da *Lógica*, que aparece na sequência: “É raro deixar-se enganar por raciocínios que só são falsos porque a consequência lhes é mal tirada” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 177-178).

Posteriormente a esse trecho, a presença das *Regras*, nesta introdução à terceira parte da *Lógica*, também se encontra na crítica feita por *Port-Royal* aos silogismos por serem eles compostos de “verdades especulativas” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 178) – que, segundo a minha opinião, significam, no trecho, “juízos prováveis” –, crítica essa que se encontra na mesma *Regra II*: “[...] nós rejeitamos [...] todos esses conhecimentos que são somente prováveis” (AT, X, 362). A crítica de Descartes à “probabilidade” dos silogismos dirige-se ao fato de que muitas vezes os juízos que compõem esses silogismos são apenas prováveis, não certos; melhor dizendo: o filósofo acredita que os silogismos sejam formas válidas de raciocinar – inclusive importantes –, mas que eram utilizados de maneira equivocada, posto que se partia de premissas que eram tidas como verdadeiras, certas (quando na verdade eram apenas prováveis), e, com isso, chegava-se a conclusões que também eram prováveis, não certas.

Tecnicamente falando, um tipo de silogismo pode ser exemplificado pelo seguinte esquema proposicional: “Se A pertence a B e B pertence a C [premissas], então A pertence a C [conclusão]”. Por ser válido, se as premissas forem verdadeiras – e, segundo as *Regras*, sabe-se que um juízo é verdadeiro se for claro, certo e evidente –, é impossível que a conclusão seja falsa. No entanto, se as premissas forem apenas prováveis – se não se tem certeza quanto ao valor de verdade dos juízos, sendo apenas provavelmente verdadeiros –, chegar-se-á a uma conclusão também provável – ou provavelmente verdadeira.

Descartes parece criticar, portanto, o *modo* como os escolásticos utilizavam a lógica, os silogismos, e não a lógica ou os silogismos em si. Isso fica mais claro no seguinte trecho da *Regra II*:

[...] pois elas [as máquinas dos silogismos] exercitam os jovens espíritos e os elevam por uma espécie de emulação; e é muito melhor dar-lhes forma por meio de *opiniões* desse tipo, mesmo que pareçam *incertas*, uma vez que em controvérsia entre os sábios, do que deixá-los livres e abandonados a si mesmos. Talvez, com efeito, sem guia, eles tomariam a direção dos precipícios (AT, X, 363-364, grifos meus).

Como fica perceptível no trecho supracitado, quando se parte de proposições prováveis (“incertas”), chega-se também a proposições prováveis (“incertas”), por isso Descartes utiliza o termo “opiniões”, não falando em “ciência” (que é conhecimento certo). O trecho reforça ainda a importância dos silogismos, justamente porque são válidos. *Port-Royal* também o faz (em uma clara influência das *Regras*) nesta introdução à terceira parte da *Lógica*, como é possível ver no seguinte trecho: “[...] quando se consideram essas regras [dos silogismos] como verdades especulativas, elas serviriam ainda para exercitar o espírito: e, além disso, não se pode negar que elas tenham alguma utilidade em algumas situações [...]” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 178).

Para Arnauld e Nicole, portanto, assim como para Descartes, os silogismos são formas válidas de raciocinar e, por isso, importantes para o ensino. Tal é a justificativa para que *Port-Royal* tenha uma terceira parte dedicada inteiramente aos silogismos – ensinados, todavia, aos moldes escolásticos, por meio das mnemotécnicas *barbara*, *cesare* etc.

### 2.2.2 Capítulo XIX (1981, p. 241-259)

O capítulo XIX da terceira parte, como o próprio título o diz – “Das diversas maneiras de raciocinar mal, às quais chamamos sofismas” –, classifica nove tipos de sofismas. O número 4 – “enumeração imperfeita” – é uma inovação de *Port-Royal*, com influência direta da *Regra VII*. Em nota de rodapé, Nuno Fonseca (2016, p. 423) sublinha que “Na escolástica, não se referia este defeito do raciocínio indutivo, mas esta ‘inovação’ da *Lógica* tem a directa influência de Descartes”. Na *Regra VII*, Descartes trata indução e enumeração como sinônimos (“Esta enumeração ou indução [...]”(AT, X, 388)) e define tais conceitos da seguinte maneira: “[...] a exploração de tudo o que diz respeito a uma questão proposta, exploração tão escrupulosa e tão exata que possamos concluir com evidência e certeza que não deixamos nada de fora

inadvertidamente” (AT, X, 388). Para ele, só seria possível utilizar-se a indução no método se ela fosse completa/perfeita<sup>8</sup>. Vê-se o enunciado da *Regra VII*:

Para que a ciência seja completa, é necessário passar em revista, uma a uma, por meio de um movimento contínuo e ininterrupto do pensamento, *todas* as coisas que se relacionam com o nosso objetivo e englobá-las todas em uma enumeração *suficiente* e ordenada (AT, X, 387, grifos meus).

Arnauld e Nicole, neste capítulo da *Lógica* (1981, p. 253), seguem a mesma opinião, inclusive criticam Pierre Gassendi justamente por ele não ter percebido “[...] que raciocinava a partir de uma *enumeração imperfeita*” (grifos meus). A crítica à indução aparecerá novamente no próximo capítulo (XX) e no capítulo VI da quarta parte (cf. seção 2.3.5).

### 2.2.3 Capítulo XX (1981, p. 260-289)

No presente capítulo, a *Lógica* continua fazendo a sua crítica à indução. Vejamos o seguinte trecho:

As falsas induções pelas quais se tiram proposições gerais de algumas experiências particulares são uma das mais comuns fontes de falsos raciocínios dos homens: são-lhes necessários apenas três ou quatro exemplos para deles formar uma máxima e um lugar-comum e para então usá-los como princípio para decidir todas as coisas (Arnauld; Nicole, 1981, p. 280).

A influência, na passagem supracitada, advém da *Regra I*, mais precisamente da sua primeira frase (apresentada logo após o enunciado da regra), a saber: “Os homens têm o costume, sempre que notam alguma semelhança entre duas coisas, de atribuir tanto a uma como à outra, mesmo naquilo que as distingue, o que eles descobriram ser verdadeiro ou de uma ou de outra” (AT, X, 359). Basicamente, a crítica de Descartes no trecho – e que *Port-Royal* absorve – dirige-se àqueles que tratam o raciocínio por indução como se fosse uma dedução, ou, mais precisamente, àqueles que fazem uso incorreto do raciocínio por analogia, que é uma espécie de raciocínio indutivo (cf.: Chaves-Tannús, 2018, p. 218-219). A *Lógica* critica o raciocínio que toma “três ou

---

<sup>8</sup> Pode parecer estranho ler isso, posto que Descartes defende, nas *Regras*, que há somente duas operações do espírito: a intuição e a dedução. Por isso, um esclarecimento precisa ser feito: em uma investigação, o exame de todos os casos (chamado *enumeração perfeita/completa* ou *indução*) equivale logicamente a uma dedução. Uma enumeração imperfeita/incompleta seria, então, somente o exame de parte dos casos: uma amostra.

quatro exemplos [de uma parte]” como se fossem “todas as coisas” (ver trecho supracitado). Em outras palavras, ela critica os homens que partem de uma amostragem, um conjunto, de  $x$  elementos e tratam, por exemplo,  $\frac{3}{x}$  ou  $\frac{4}{x}$  como se fossem  $x$ . Tais atitudes são, segundo os autores, “falsas induções” porque, para eles, (i) somente a indução completa importa para o método; e (ii) quem assim raciocina acredita estar realizando uma indução completa – que é equivalente, do ponto de vista lógico, a uma dedução.

## 2.3 Quarta parte da *Lógica*: “do método” (1981, p. 291-355)<sup>9</sup>

### 2.3.1 Introdução à quarta parte (1981, p. 291)

A presença das *Regras* na quarta parte da *Lógica* fica evidente pelo seu título: “Do método”. As *Regras*, afinal, são a obra em que Descartes expõe de modo aprofundado o seu método – e ela terá grande influência a partir desta introdução à quarta parte da *Lógica*. De início, Arnauld e Nicole já dizem que uma parte dedicada ao método é “[...] sem dúvida, uma das mais úteis e mais importantes” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 291). A importância dada ao método é encontrada nas *Regras* sintetizada na seguinte passagem da *Regra IV*: “[...] é muito melhor nunca pensar em procurar a verdade de alguma coisa do que fazê-lo sem método” (AT, X, 371). O próprio enunciado da *Regra IV* ressalta essa importância: “Para buscar a verdade das coisas, um método é necessário” (AT, X, 371).

Nesta introdução, as *Regras* se mostram presentes também na seguinte passagem – que limita o alcance dos silogismos –, encontrada após os autores da *Lógica* afirmarem que a demonstração é o cerne do método:

[...] serve de pouco, para demonstrar bem, saber as regras dos silogismos, que é algo que poucas vezes falta; mas o todo [do método] é organizar bem os seus pensamentos, servindo-se daqueles que são claros e evidentes, para penetrar no que está mais escondido (Arnauld; Nicole, 1981, p. 291).

---

<sup>9</sup> Segundo a minha opinião (apoiada pela historiografia tradicional), esta quarta parte da *Lógica* foi escrita inteiramente por Arnauld, não por Nicole. Ainda assim, por questão de conveniência de escrita, ao dissertar sobre ela, referir-me-ei aos seus “autores”, sempre no plural.

No trecho, aponta-se que, por mais que as regras dos silogismos sejam amplamente conhecidas, eles não são o tipo de demonstração mais apropriado para o método científico; seria preciso, portanto, buscar uma nova forma de demonstrar. A principal fonte de inspiração é ainda a *Regra IV*, na qual Descartes expressa a mesma opinião sobre os silogismos:

Quanto às outras operações do espírito que a dialética<sup>10</sup> pretende dirigir com a ajuda dessas primeiras, elas são, aqui, inúteis, ou melhor, é preciso considerá-las como obstáculos, porque nada se pode acrescentar à pura luz da razão que não a obscureça de algum modo (AT, X, 372-373).

E qual seria o tipo de demonstração que a *Lógica* estaria buscando como alternativa aos silogismos? Por mais que a resposta apareça ao longo da quarta parte, a influência da *Regra II* nesta introdução já aponta a resposta: “[...] aqueles que buscam o reto caminho da verdade não devem ocupar-se de nenhum objeto do qual não se possa ter uma certeza igual às demonstrações de aritmética e de geometria” (AT, X, 366). A referência de modelo demonstrativo, para os autores da *Lógica*, é, portanto, o das matemáticas – sobretudo o da geometria. O que mais importa, contudo, é que essa demonstração parta de juízos – de princípios – verdadeiros, por isso a necessidade de um método de descoberta (que também advém da geometria).

Ainda sobre o método, os autores da *Lógica* também afirmam que ele deve utilizar somente pensamentos “claros e evidentes” e, em seguida, na última passagem dessa introdução, dizem que “a demonstração [que é parte essencial do método] tem por finalidade a ciência” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 291). Obtém-se ciência, então, se se possui conhecimento demonstrado – baseado em conhecimentos claros e evidentes. Tal ideia encontra-se em Descartes, que já inicia a *Regra II* afirmando: “Toda ciência é um conhecimento certo e evidente”<sup>11</sup> (AT, X, 362). A influência, aqui, é direta – a demonstração é uma garantia da certeza do juízo da conclusão (que, por isso, torna-se evidente)<sup>12</sup>.

Com relação ao trecho em que os autores falam que a parte principal (“o todo”) do método é “organizar bem os pensamentos”, a influência é do enunciado da *Regra V*, segundo a qual

---

<sup>10</sup> Segundo a minha leitura das *Regras*, interpreto, aqui, “dialética” como sinônimo de “silogismo”. Ainda que as duas coisas sejam substancialmente diferentes em Aristóteles, elas se confundem pelos menos desde o período da escolástica, absorvendo Descartes essa confusão e utilizando os conceitos intercambiavelmente.

<sup>11</sup> Descartes, nas *Regras*, refere-se ao conhecimento científico às vezes como “certo e evidente”, às vezes como “claro e evidente”.

<sup>12</sup> Lembremos que “[...] todas as coisas que nós deduzimos imediatamente umas das outras, se a inferência foi evidente, elas já foram reconduzidas a uma verdadeira intuição” (AT, X, 389).

“O método consiste inteiramente em ordenar e dispor aquilo para o qual deve-se voltar o olhar de nosso espírito” (AT, X, 379).

### 2.3.2 Capítulo I (1981, p. 291-299)

Os autores da *Lógica* iniciam esse capítulo definindo o que são os primeiros princípios: proposições evidentes que, como tais, “[...] nos persuade[m] [...] por si mesmas [...]” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 292). O modo como conhecemos os primeiros princípios é chamado por Arnauld e Nicole de *inteligência*. Tal palavra não aparece nas *Regras*, mas é nelas apresentada por meio de um correlato: *intuição* (“intuition”; no latim, “intuitus”). Sobre o termo, Descartes diz, na *Regra III*:

Por intuição, entendo não o testemunho flutuante dos sentidos, nem o julgamento enganoso da imaginação que compõe mal, mas a concepção do espírito puro e atento, concepção tão fácil e tão distinta que já não restam dúvidas sobre aquilo de que temos a intelecção; ou, o que é a mesma coisa, a concepção não duvidosa de um espírito puro e atento, que nasce unicamente da luz da razão, e que é mais certa, porque mais simples, que a dedução ela mesma (AT, X, 368).

Como exemplo de primeiros princípios – que são claros e certos –, os autores da *Lógica* citam as seguintes três proposições (ou juízos, em sua terminologia usual, ainda que sejam tratados como sinônimos): “[...] que ele pensa, que ele é e que ele vive” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 293). Por sua vez, na *Regra III*, Descartes cita as seguintes proposições: “[...] que ele existe, que ele pensa, que um triângulo é limitado por três linhas somente, [e] uma esfera, por uma única superfície” (AT, X, 368). Descartes, portanto, elenca quatro proposições, enquanto que Arnauld e Nicole elencam três, das quais uma é idêntica (“que ele pensa”) e outra é similar à que se encontra nas *Regras* (“que ele é”/“que ele existe”). Em ambas as obras, defende-se que os primeiros princípios – como os supracitados – são “vistos”<sup>13</sup> por algo que não os sentidos, a saber, a intuição intelectual (nas *Regras*<sup>14</sup>) e a inteligência (na *Lógica*). Além disso, tanto os autores da *Lógica* quanto Descartes, nas *Regras* – marcando-se mais uma vez a presença desta naquela –, acreditam que haja muito mais proposições claras e evidentes – como as por eles citadas – do que se imagina naturalmente. Comparemos os trechos nos quais isso se expressa:

<sup>13</sup> “Assim, todos podem *ver* por uma intuição do espírito [...]” (AT, X, 368, grifo meu).

<sup>14</sup> Conforme a *Regra III*, os primeiros princípios são conhecíveis “[...] por intuição somente [...]” (AT, X, 370).

- Trecho das *Regras*: “[...] coisas semelhantes [a juízos do tipo “um triângulo é limitado por três linhas somente”] [...] são  *muito mais numerosas* do que a maioria das pessoas nota, desdenhosas que elas são de voltar seus espíritos para coisas tão fáceis” (AT, X, 368, grifos meus);

- Trecho da *Lógica*: “[...] encerrando-se em seu espírito só, e considerando-se o que nele se passa, encontrar-se-á uma *infinitude* de conhecimentos claros e dos quais é impossível duvidar” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 293, grifo meu).

Outra passagem deste capítulo que marca a presença das *Regras* é a seguinte:

- Trecho da *Lógica*: “A maior abreviação que se pode encontrar na amplitude das ciências é de nunca se aplicar à busca de tudo o que está acima de nós e que não podemos razoavelmente esperar poder compreender” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 295).

Compara-se com o enunciado da *Regra II*:

- “É preciso ocupar-se apenas com os objetos cujo conhecimento certo e fora de dúvida parece ao alcance de nosso espírito” (AT, X, 362).

Ambas as obras, nos supracitados trechos, estão delimitando e determinando o objeto da ciência: é conhecimento certo, verdadeiro. Este primeiro capítulo da quarta parte da *Lógica*, intitulado “Da ciência”, dissertará justamente sobre a ciência, de modo a combater o ceticismo (daí o subtítulo do capítulo, “Que ela existe”). Os autores a definem como um conjunto de “[...] conhecimentos fundados em razões claras e certas [...]”<sup>15</sup> (Arnauld; Nicole, 1981, p. 292). É a

---

<sup>15</sup> Na quarta parte da *Lógica*, “claro e certo” e “claro e evidente” são tratados como expressões sinônimas. É possível ver isso no capítulo VI (Arnauld; Nicole, 1981, p. 315), no qual os autores definem “clareza” e “evidência”.

mesma concepção de ciência de Descartes expressa na primeira linha da *Regra II*, após o seu enunciado: “Toda ciência é um conhecimento certo e evidente”<sup>16</sup> (AT, X, 362).

### 2.3.3 Capítulo II (1981, p. 299-306)

Este segundo capítulo da quarta parte da *Lógica* já se inicia definindo “método”: “Pode-se chamar geralmente método à arte de bem dispor uma sequência de vários pensamentos, seja para descobrir a verdade quando a ignoramos, seja para prová-la aos outros quando já a conhecemos” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 299). Há, portanto, duas etapas para o método, e os autores deixam isso claro no parágrafo seguinte: “Assim, há dois tipos de método: um para descobrir a verdade, que se chama *análise*, [...] e o outro para fazê-la conhecida aos outros quando já foi encontrada, a que chamamos *síntese*” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 299-300). Essa concepção de método foi claramente influenciada pelo enunciado da *Regra V*:

O método consiste inteiramente em ordenar e dispor aquilo para o qual deve-se voltar os olhos de nosso espírito para descobrir alguma verdade. Ora, nós o observaremos exatamente se reduzirmos gradualmente as proposições encobertas e obscuras a outras mais simples [análise] e se, então, partindo da intuição das mais simples de todas, tentarmos nos elevar também gradualmente ao conhecimento de todas as outras [síntese] (AT, X, 379).

A semelhança entre as duas passagens, bem como a influência de uma na outra, fica melhor entendida se ressaltado um outro aspecto característico da *Lógica*, que é o seu caráter pedagógico. Nas *Regras*, principalmente na passagem em questão, Descartes não menciona o método como sendo de “análise e síntese”, mas provavelmente qualquer matemático do período sabia a que Descartes se referia. A *Lógica*, entretanto, nomeia o método, delimita bem as suas etapas e utiliza ainda uma linguagem mais simples, com passagens mais resumidas, adaptando o trecho de Descartes e mostrando, com isso, a sua clara função pedagógica, como um bom manual o faria.

A presença das *Regras* na *Lógica*, aliás, é ressaltada pelos próprios autores no terceiro parágrafo do capítulo, o qual cito inteiramente: “Não se considera normalmente como análise o corpo inteiro de uma ciência, servimo-nos da análise apenas para resolver alguma questão” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 300). No final dessa passagem, há um asterisco que remete a

---

<sup>16</sup> Pode-se dizer, aliás, que tal trecho foi um dos que mais influenciaram a *Lógica de Port-Royal*.

um trecho encontrado no rodapé da página, no qual Arnauld e Nicole escreveram: “A maior parte de tudo aquilo que dizemos sobre estes assuntos foi retirada de um manuscrito do falecido senhor Descartes<sup>17</sup> que o senhor Clerselier teve a bondade de nos emprestar” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 300). Esse tal “manuscrito” é o das *Regras*. É clara, aqui, a influência da *Regra II*, na qual Descartes vê na ciência um método resolutivo de *questões*, posto que “De fato, não há praticamente uma única questão nas ciências sobre a qual os homens de espírito não tenham estado frequentemente em desacordo” (AT, X, 363).

No entanto, o mais importante a se comentar sobre o trecho da *Lógica* que se inicia a partir do supracitado asterisco é que ele é uma tradução parafraseada de consideráveis partes das *Regras XIII* e *XIV*. O asterisco e a passagem de rodapé não se encontravam na primeira edição da *Lógica* (1662), passando a constar somente a partir da segunda edição (1664), quando Clerselier já havia cedido o manuscrito original das *Regras* para Arnauld, que fez questão de utilizá-lo por achar que muito contribuiria para o seu livro (cf.: seção 1.1). Essa passagem, aliás, é tida como o mais antigo testemunho conhecido da circulação dos manuscritos das *Regras*. Pode-se ver a reprodução dela, conforme encontrada na *Lógica de Port-Royal*, comentada e comparada com os trechos das *Regras*, de Descartes, nas páginas 470-475 do volume X das *Œuvres de Descartes*, publicadas por Charles Adam e Paul Tannery. A edição crítica de Crapulli (1966) das *Regulae* também reproduz a passagem no final da obra, em seu apêndice (*appendice*) de número II (p. 98-103), fazendo um estudo sobre ela.

### 2.3.4 Capítulo III (1981, p. 306-308) – um comentário

Não há influência das *Regras* neste terceiro capítulo da quarta parte da *Lógica de Port-Royal*. No entanto, uma observação merece ser feita nesta seção do trabalho para um melhor entendimento. O capítulo é intitulado “Do método de composição [síntese] e, particularmente, daquele que é seguido pelos geômetras”. Após, no capítulo anterior, separar-se o método em analítico e sintético, agora, basicamente, será falado que a demonstração – o método “mais importante” –, que até então só foi utilizada pelos geômetras, deverá ser utilizada para se alcançar a

---

<sup>17</sup> O nome de Descartes só aparece duas vezes na *Lógica*, uma nesta nota de rodapé, a outra no final deste mesmo segundo capítulo: “[...] senhor Descartes propõe no seu [*Discurso do*] *Método* [...]” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 305-306).

verdade e se obter ciência. Ela é, pois, o cerne da ciência – lembremos da introdução à quarta parte (cf.: seção 2.3.1).

Este capítulo III é curto e estabelece três regras para fazer-se uma definição, uma regra para estabelecer-se um axioma e duas regras para demonstrações. Afirma-se, ao fim dele, que a obediência a essas regras é suficiente para se obter ciência. É estranho, todavia, que, a partir daqui, a *Lógica* trate somente de questões relativas ao método de síntese, mais particularmente a questões de geometria. A exceção fica nos capítulos finais (XII ao XVI), que passam a tratar de questões teológicas e de probabilidades.

Parece, com isso, que a *Lógica de Port-Royal* se interessa muito mais pelo método de síntese, tendo uma concepção de ciência muito mais estrita, do que pelo método de análise, que é o principal interesse de Descartes nas *Regras*. Nelas, Pappus e Diofanto são o modelo de referência para Descartes justamente porque expõem o método de análise, enquanto que a principal referência da *Lógica*, como modelo de ciência, são *Os Elementos* de Euclides – embora se o critique. O ideal de ciência, para a *Lógica*, é um modelo axiomático aos moldes d'*Os Elementos*. Por mais que ela seja influenciada pelas *Regras* – que, como dito, muito se preocupam com um método heurístico, analítico –, não há, na *Lógica*, exposição de tal método, apenas da parte demonstrativa. Ponto que reforça isso é que, enquanto Descartes utiliza os termos “dedução” e “demonstração” (aquele muito mais que este e ambos, parece-me, como sinônimos), a *Lógica* não utiliza, ao longo de toda a obra, uma única vez sequer a palavra “dedução”, sempre utilizando “demonstração” – de uso muito mais restrito aos matemáticos (lembro: Arnauld era um matemático).

Tais fatos são curiosos porque, como já muito falado, a *Lógica* possui uma quarta parte que recebeu grande influência das *Regras*, tendo, em seu capítulo II dessa quarta parte, praticamente copiado uma parte delas (cf.: seção 2.3.3). Parece, em verdade, que aos autores – a Arnauld mais precisamente, que, como dito na nota de rodapé n. 8, foi quem escreveu a quarta parte – interessa apenas a construção de um modelo axiomático-demonstrativo alternativo a *Os Elementos*, algo visto com nitidez no capítulo IX, intitulado “Sobre alguns defeitos que são encontrados normalmente no método dos geômetras”. E isso talvez fique mais claro frente ao fato de que Arnauld escreveu um

livro chamado *Nouveaux Éléments de Géométrie*<sup>18</sup>, publicado em 1667, dezesseis anos antes da quinta e definitiva edição da *Lógica*.

Daqui para frente, ao longo dos próximos capítulos da *Lógica de Port-Royal*, há, portanto, pouca influência das *Regras*, como se verá nas próximas seções.

### 2.3.5 Capítulo VI (1981, p. 315-320)

Aqui, a única influência das *Regras* na *Lógica* é a crítica à indução, o que já havia sido feito no capítulo XIX da sua terceira parte (cf.: seção 2.2.2), não havendo nenhuma novidade com relação ao que fora falado anteriormente.

### 2.3.6 Capítulo VIII (1981, p. 323-325)

Este capítulo apresenta critérios para o que, na opinião dos autores, é uma demonstração verdadeira. Eles tomam as demonstrações geométricas como referência e as opõem aos silogismos, os quais devem ser utilizados com cautela, pois a “[...] aplicação que se teria a essas regras supérfluas poderia desviar a atenção que se deve ter às necessárias” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 324). Logo em seguida, afirmam: “[...] não vemos que os geômetras se preocupem com a forma de seus argumentos, nem que pensem em adequá-los às regras da lógica [silogística] [...]” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 324). Tais trechos assemelham-se com o tema tratado na *Regra II* por Descartes, na qual, após criticar os silogismos escolásticos, encerra-a da seguinte forma: “[...] aqueles que buscam o reto caminho da verdade não devem ocupar-se de nenhum objeto do qual não se possa ter uma certeza igual às demonstrações de aritmética e de geometria”<sup>19</sup> (AT, X, 366). Vê-se, com isso, que, enquanto Descartes fala em “demonstrações de aritmética e de geometria”, a *Lógica* fala somente em demonstrações dos “geômetras”. *Port-Royal* aparenta, assim, desconsiderar a aritmética como referência, falando somente em geometria – não só aqui, mas em toda a obra. Parece, pois, que a

---

<sup>18</sup> Os *Nouveaux Éléments de Géométrie*, de Antoine Arnauld, foram concebidos com o objetivo de serem um livro didático para as Petites Écoles de Port-Royal. Duas versões foram escritas: a primeira em 1667 e a segunda, totalmente revisada, em 1689. Ambas foram publicadas pela editora Honoré Champion (Paris, 2009), em uma edição crítica de Dominique Descotes. Cf.: referências.

<sup>19</sup> Tal trecho já havia aparecido anteriormente neste trabalho (cf.: seção 2.3.1), constatando uma influência dele na introdução à quarta parte da *Lógica*. Esses e outros fatos mostram que *Port-Royal* utilizou poucas passagens das *Regras*, por isso algumas delas se repetiram ao longo deste trabalho.

concepção de ciência de *Port-Royal* é mais estrita, ainda que a concepção de ciência de Descartes já o seja (conhecimento certo, claro e evidente).

Apesar de tal capítulo da *Lógica* mostrar essa divergência conceptual entre as duas obras, ele também apresenta uma convergência quanto a um outro tema. Vejamos comparativamente os trechos da *Lógica de Port-Royal* e das *Regras para a direção do espírito* em que estes influenciaram aqueles:

- Trecho da *Lógica*: “[...] é quase impossível que um homem de um espírito medíocre, e que tenha alguma luz, [...] caia [nos erros de raciocínio, os raciocínios falaciosos], sobretudo em assuntos especulativos” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 324);
  
- Trecho das *Regras*: “[...] a pura inferência de alguma coisa a partir de alguma outra coisa [...] nunca pode ser mal feita por um intelecto” (AT, X, 365).

### 2.3.7 Capítulo XI (1981, p. 333-335)

Neste capítulo da quarta parte da *Lógica*, encontramos oito regras que pretendem resumir o método dos geômetras: duas dizem respeito às definições; duas, aos axiomas; duas, às demonstrações; e duas, ao método em geral. Cito, abaixo, essas duas últimas, comparando-as com trechos das *Regras* que as influenciaram.

A regra 7 diz: “Tratar as coisas, na medida do possível, em sua ordem natural, começando pelas mais gerais e mais simples e explicando tudo o que pertence à natureza do gênero, antes de passar às espécies particulares” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 334). Vê-se, aqui, uma influência da *Regra V*<sup>20</sup>, cujo enunciado, já citado anteriormente (cf.: seção 2.3.1 e seção 2.3.3), é:

O método consiste inteiramente em ordenar e dispor aquilo para o qual deve-se voltar os olhos de nosso espírito para descobrir alguma verdade. Ora, nós o observaremos exatamente se reduzirmos gradualmente as proposições encobertas e obscuras a outras mais

---

<sup>20</sup> Vê-se também uma incompatibilidade, reforçando o que já foi dito na seção 2.3.4, que o método por excelência para a *Lógica* é a síntese, enquanto que para as *Regras* o método mais importante é a análise (no trecho citado, Descartes fala das duas etapas do método, a análise e a síntese, mas a análise, para ele, é mais importante).

simples e se, então, partindo da intuição das mais simples de todas, tentarmos nos elevar também gradualmente ao conhecimento de todas as outras (AT, X, 379).

E também do enunciado da *Regra VI*:

Para distinguir as coisas mais simples das que estão encobertas e prosseguir com ordem a busca, é preciso, em cada série de coisas em que deduzimos diretamente um certo número de verdades umas das outras, observar qual delas é simples no mais alto grau e como todas as outras estão mais ou menos ou igualmente distantes dela (AT, X, 381).

Por sua vez, a regra 8 diz: “Dividir, na medida do possível, cada gênero em todas as suas espécies, cada todo em todas as suas partes e cada dificuldade em todos os seus casos” (Arnauld; Nicole, 1981, p. 334). A influência, aqui, deve-se também ao mesmo enunciado da *Regra VI* supracitado. Depois do capítulo XI desta quarta parte da *Lógica*, não se encontra mais nela influência das *Regras*.

### 3. Conclusão

Na introdução deste trabalho, foi estabelecido o seguinte objetivo de pesquisa: mostrar de que forma se apresenta a influência das *Regras* na *Lógica* – em que partes dela, se direta ou indireta, em que extensão e com que intensidade. O que foi possível concluir é que a distribuição da presença das *Regras* na *Lógica de Port-Royal* é desigual. Na sua primeira parte, ela só se mostra presente de alguma forma no capítulo III (cf.: seção 2.1.1), em uma crítica às categorias de Aristóteles (o que está na *Regra VI*) e na forma como Arnauld e Nicole concebem a lógica (influência da *Regra IV*). Na segunda parte, não há qualquer indício de presença. Na terceira parte, somente a introdução (de forma pontual) (cf.: seção 2.2.1) e os capítulos finais (XIX e XX) (cf.: seção 2.2.2 e seção 2.2.3) recebem influência das *Regras* – nestes últimos capítulos, para criticar a enumeração incompleta, tomando como base as *Regras I* e *VII*. E na quarta parte está majoritariamente concentrada a presença das *Regras*: a introdução – em que se faz uma reflexão breve e geral acerca do método – recebe influência das *Regras II, IV* e *V* (cf.: seção 3.3.1); o capítulo I – no qual se fala sobre os primeiros princípios e o modo de conhecê-los – recebe influência das *Regras II* e *III* (nas quais Descartes também fala dos princípios e delimita o objeto da ciência) (cf.: seção 3.3.2). Mas é no capítulo II dessa quarta parte da *Lógica* – responsável por definir “método” e explicitar o seu

significado – que a presença das *Regras* se mostra de maneira intensificada e direta. Além de receber influência das *Regras II* e *V* – mostrando que (i) a ciência é caracterizada por possuir um método resolutivo de questões e (ii) o método é dividido em partes analítica (de descoberta) e sintética (de apresentação) –, nele os autores fazem uma tradução parafraseada de enormes trechos das *Regras XIII* e *XIV*. Após esse segundo capítulo da quarta parte da *Lógica*, as *Regras* se apresentam no capítulo VIII – que define os critérios para uma demonstração verdadeira, recebendo influência da *Regra II* – e no capítulo XI – que aprofunda questões relativas à natureza do método, recebendo influência das *Regras V* e *VI*, nas quais Descartes está preocupado com a parte analítica do método.

Pode-se dizer, com isso, que foram poucas as regras que se apresentaram de alguma forma na *Lógica*. Das vinte e uma que totalizam a obra inacabada de Descartes, somente as *Regras I, II, III, IV, V, VI, XIII* e *XIV* apareceram, de forma direta ou indireta, na obra de Arnauld e Nicole. A própria presença de cada uma delas ocorreu de forma desigual. A *Regra II* foi a que mais influenciou a *Lógica*, estando presente em diferentes trechos de *Port-Royal*: nas introduções às terceira e quarta partes, bem como nos capítulos I, II e VIII desta última parte – ou seja, de todos os capítulos da quarta parte que receberam influência das *Regras*, todos foram influenciados pela *Regra II*, à exceção do capítulo XI. Contudo, mesmo estando essa regra muito presente na *Lógica*, somente poucos trechos dela a influenciaram. De igual modo ocorreu com as demais regras: somente poucos trechos delas foram, de fato, influência para a *Lógica*.

A partir disso, percebeu-se também que as *Regras* encontram-se presentes na *Lógica* quase sempre de forma indireta. Todavia, nos trechos da *Lógica* influenciados pelos das *Regras*, em muitos deles a redação era parecida, os temas tratados também eram afins. Em alguns desses trechos, no entanto, certas diferenças terminológicas foram notadas, como no capítulo I da quarta parte da *Lógica* (cf.: seção 3.3.2), no qual os autores empregam o termo *inteligência* em vez de *intuição*, tal como se encontra nas passagens das *Regras* que os influenciaram. Outro exemplo de diferença terminológica diz respeito aos termos *dedução* e *demonstração*: enquanto Descartes utiliza, nas *Regras*, ambos os termos (aquele muito mais que este), na *Lógica* só é possível encontrar *demonstração*.

Na quarta parte da *Lógica*, em seu capítulo III, encontra-se também uma diferença basilar entre as concepções de Arnauld acerca do método e as de Descartes nas *Regras*: enquanto que, para aquele, a síntese parece ser a etapa mais importante do método, para o Descartes das *Regras*,

todavia, a análise parece sê-lo. Portanto, não há só proximidades entre as obras nessa quarta parte, mas também distâncias – inclusive distâncias fundamentais, não só conceptuais.

Percebe-se, com isso, que várias questões permanecem em aberto, sendo algumas delas: por que a *Lógica* valoriza mais o método de síntese – aproximando-se mais de Euclides –, enquanto que as *Regras* dão mais valor à análise – aproximando-se mais de Pappus e Diofanto? Em que medida a obra de Arnauld e Nicole pode ser classificada como uma lógica cartesiana? *Port-Royal* forja um novo padrão para os manuais de ensino da disciplina? Também funda uma nova concepção de lógica? Até que ponto? Questões como essas e outras não puderam ser respondidas por este trabalho – apesar de suscitadas por ele –, porque estão além de seu alcance; elas devem ser – e, no presente momento, estão por mim sendo – tratadas em uma etapa posterior de pesquisa, respeitando o seu desenvolvimento gradual, afinal um aspecto decisivo do trabalho científico é o respeito ao desenvolvimento planejado, à continuidade e à conexão progressiva entre as etapas. Neste artigo – que resumiu os resultados de meu TCC –, lidei principalmente com a literatura primária, de modo a familiarizar-me com as duas obras-chave utilizadas. Por isso, meu trabalho aqui foi muito mais técnico, com ênfase na metodologia, do que teórico. Por meio dele, levantei muitas questões preliminares de avaliação. A próxima etapa de pesquisa, sendo por mim desenvolvida agora no Mestrado e que buscará respondê-las, inclui o confronto com a literatura secundária – o que aqui fiz apenas pontualmente –, e almeja aprofundar a minha investigação, de modo a revelar o alcance histórico e teórico da presença ou influência das *Regras para a direção do espírito* na *Lógica de Port-Royal*.

## Referências bibliográficas

Arnauld, A.; Nicole, P. *A lógica ou a arte de pensar*. Trad. Nuno Fonseca. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2016.

Arnauld, A.; Nicole, P. *La logique ou l'art de penser*. Édition critique par Pierre Clair et François Girbal. Paris: J. Vrin, 1981.

Arnauld, A.; Nonancourt, F. de; Pascal, B. *Geometries de Port-Royal*. Edition critique par Dominique Descotes. Paris: Honoré Champion, 2009.

Arnauld, A. *Nouveaux Elemens de Geometrie*. Paris: Charles Savreux, 1667.

Chaves-Tannús, M. Le regole utili e chiare di Descartes: un commentario esplicativo. *Giornale Critico di Storia delle Idee: Rivista Internazionale di Filosofia*, n. 1, 2018, p. 213-225.

Descartes, R. *Œuvres complètes*. Sous la direction de Jean-Marie Beyssade et Denis Kambouchner. Vol 1: Premiers écrits; Règles pour la direction de l'esprit. Paris: Gallimard, 2016.

Descartes, R. *Œuvres de Descartes*. Publiées par Charles Adam & Paul Tannery, 12v. Paris: Léopold Cerf, 1897-1910 [= AT].

Descartes, R. *Règles utiles et claires pour la direction de l'esprit en la recherche de la vérité*. Traduction selon le lexique cartésien, et annotation conceptuelle par Jean-Luc Marion avec des notes mathématiques de Pierre Costabel. La Haye: Martinus Nijhoff, 1977.

Descartes, R. *Regulae ad directionem ingenii*. Texte critique établi par Giovanni Crapulli avec la version hollandaise du XVIIème siècle. La Haye: Martinus Nijhoff, 1966.